

PC de Anselmo ganha letra
O deputado Anselmo de Oliveira...

Luiz Carlos e D. Maria
condoada a rico-UMA

Luiz Carlos e D. Maria foram...

PSP e GNR regressam
a deputação do MAI

Os deputados PSP e GNR...

PPD regressa
a deputação

O PPD regressa a deputação...

Vence e mais debates
em Conselho
recebem votos

O Conselho de Estado...

Assessoria especial
para os militares
nação do País

Assessoria especial para os...

Comité Magarim
Tribunais

O Comité Magarim...

Congresso do PPD
A clarificação política que se esperava

21 deputados do PPD
passam a independentes

Os deputados do PPD...

Os deputados do PPD...

Os deputados do PPD...

CR entre a "linha da razão" e a "do coração"

O Conselho de Estado...

"Estado Unidos" passa pela prova de estômagos

O "Estado Unidos"...

Novos nomes no gabinete do Primeiro-Ministro

Os novos nomes...

Assessoria especial para os militares nação do País

Assessoria especial para os...

Comité Magarim Tribunais

O Comité Magarim...

Presidência substituída de embaixador em Moçambique

A Presidência substituiu...

Despedida de Portugal para o Brasil

Despedida de Portugal...

Despedida de Portugal para o Brasil

Despedida de Portugal...

Melo Antares em Conferência de Imprensa
Do caso de Timor aos problemas da política interna

Melo Antares...

Melo Antares...

Melo Antares...

TISSONIC
As relógios de elite
TISSOT



### *Eanes apartidarismo militar*

O GENERAL Ramalho Eanes, novo Chefe do Estado Maior do Exército, nomeado para o cargo pelo general Costa Gomes, na sua qualidade de CEMFA, apresentará em breve ao Conselho Superior da Revolução, segundo fontes fidedignas, uma proposta de lei, visando obter das Forças Armadas um comportamento apertadário, nas suas relações diárias com os órgãos do poder político.

### *PC da Amadora acaba hoje*

O POSTO de Comando instalado no Regimento de Comandos da Amadora, desde a manhã do dia 25 de Novembro terminará hoje as suas funções, regressando às respectivas unidades os militares que se apresentaram naquela unidade por altura da crise política militar da passada semana. Desconhece-se, no entanto, se o material de guerra que ali foi concentrado, durante o mesmo período — helicópteros, blindados e reforço de efectivos — abandonará também a Amadora regressando às suas unidades de origem.

Do mesmo modo, os oficiais do EMGFA que se encontram em Belém regressam ao Exército.

### *Leonel Cardoso e D. Martins candidatos a vice-CEMA*

OS ALMIRANTES Leonel Cardoso e Dias Martins são os dois oficiais generais mais apontados como possíveis vice Chefe do Estado Maior da Armada. Leonel Cardoso regressou há pouco de Angola, onde exerceu as funções de Alto Comissário até à independência daquela ex-colónia. Quanto a Dias Martins, chegou a ser contactado antes do 25 de Abril de 1974 para integrar a Junta de Salvação Nacional. A nomeação de um destes dois oficiais está, segundo observadores credenciados, na linha do novo CEMA de afastar a Armada das lides políticas, tendendo progressivamente a assumir um papel cada vez mais militar.

### *PSP e GNR regressam à dependência do MAI*

AS FORÇAS da PSP e da GNR regressarão, muito provavelmente hoje ainda, à dependência directa do Ministro da Administração Interna, segundo referem fontes bem informadas. As mesmas fontes referem ainda a existência desse regresso, que poderá vir a permitir um maior controlo do que se passa no momento da PSP. A mesma fonte referiu-nos ainda que 1 500 espingardas automáticas G-3 serão brevemente distribuídas à PSP, reforçando o efectivo desse armamento (que observadores militares classificam de pouco efectivo para os padrões de sua) que desde há algum tempo — concretamente desde a demissão de Pinto Ferreira — vem fazendo parte dos arsenais da Polícia.

Esclarece-se ainda que esta distribuição de armamento nada tem a ver com o MAI.

## *PDC regressa e acusa*

NO MOMENTO em que se anuncia para breve a realização do seu II Congresso, motivado pela demissão do controverso secretário-geral, Sanchez Osório, o Partido da Democracia Cristã parece emergir do silêncio em que se encontrava praticamente mergulhado desde as semanas posteriores ao 11 de Março.

Em documento dirigido ao Presidente da República e ontem divulgado, o PDC, que a si próprio se considera "expressão política por excelência do Povo português", manifesta a sua estranheza por não ter sido convocado pelo general Costa Gomes, quando este se ausentou, nos dias seguintes ao 25 de Novembro, com dirigentes dos principais partidos.

O PDC acusa o Presidente da República de ser "fútil em ambigüidades e contradições", avisando que a não convocação daquele partido para as conversações se possa ter devido ao facto de "ser demasiado exigua a sala do seu gabinete para tantos protagonistas", e recorda que, quando do 11 de Março, o general Costa Gomes garantiu ao Directorio do Partido que no prazo de oito dias seriam fornecidas provas da inculpação do então major Sanchez Osório na tentativa gorada. E conclui: "Não aceitamos, por nenhum preço, que V. Exa., que devia ser o árbitro da luta política queira também jogar — e sempre contra nós".

## *Vinte e três detidos em Custóias recebem visitas*

UM COMUNICADO ontem divulgado e procedente do comando da Região Militar do Norte revela os nomes de vinte e três militares detidos actualmente em Custóias, em consequência dos acontecimentos de 25 de Novembro.

A lista ontem divulgada insere os nomes do capitão Jerónimo Ferreira de Matos e dos tenentes António Terra Esteves e Luis Pereira de Lima. A lista insere ainda mais nove alferes, sete sargentos e dois fuzileiros.

Nos termos do comunicado da RMN, os vinte e três detidos poderão passar a receber, a partir de agora, visitas de familiares. Recorda-se que esta decisão se segue à movimentação do último fim de semana, que levou até junto da prisão de Custóias os familiares de alguns dos militares detidos. Até este momento, estes não podiam receber qualquer espécie de visitas.

## *Autorização especial para os militares saírem do País*

ATRAVÉS do Estado-Maior General das Forças Armadas, foi determinado que nenhum militar poderá sair do país ou a ele regressar sem autorização especial.

Mesmo os militares integrados em missões diplomáticas carecem de salvo-condutos para se deslocarem ao estrangeiro.

## *Goulart Nogueira Libertado*

PELOS SERVIÇOS DE APOIO do Conselho da Revolução foi libertado o antigo crítico teatral e colaborador da desaparecida revista «Pólicia», Goulart Nogueira, que se encontrava detido desde o 25 de Abril de 1974.

Entretanto, o CR, através do tenente-coronel Costa Neves, estuda a possibilidade de aplicação de uma «amnistia» a certas detenções por motivo político.

ANTUNES



## Melo Antunes em Conferência de Imprensa: Do caso de Timor aos problemas da política interna

OS ÚLTIMOS acontecimentos verificados em Timor Leste e suas repercussões, serviram de pretexto imediato para que o ministro dos Negócios Estrangeiros desse origem a uma conferência de imprensa. No entanto, os jornalistas presentes no Palácio das Necessidades depressa levaram o chefe da diplomacia portuguesa a mudar de assunto e os problemas da descolonização em breve foram substituídos pelos da actualidade política interna. Timor, Melo Antunes fez questão de salientar que Portugal é ainda a potência administrante do território, pois não reconheceu a proclamação unilateral de independência da FRETILIN, pelo que continua a ser uma das partes interessadas na solução do conflito. Dase ainda esperar que dentro do mais curto prazo de tempo possível se realize uma conferência entre as partes interessadas, conferência que visaria conseguir uma solução negociada do diferendo.

É aqui, recordaremos que a

decisão tomada pelo Governo português no último Conselho de Ministros, de cortar relações diplomáticas com a Indonésia, bem como o pedido, pelo representante de Portugal na ONU, de convocação urgente do Conselho de Segurança, foram as primeiras reacções de Lisboa à invasão de Timor Leste pela Indonésia. Reacções que, diga-se de passagem, em nada comprometeram a eficácia da conferência ainda desejada pelas autoridades portuguesas, tanto mais que o problema não ficou definitivamente resolvido com a simples tomada de Dili pelas forças militares indonésias e subsequente instalação naquela capital de uma administração fantoche a cargo de grupos timorenses que lhe são afeitos. E, a propósito, o ministro português dos Estrangeiros salientaria que em conversações havidas anteriormente todos os participantes tinham estado de acordo em repudiarem

qualquer ingerência estrangeira...

Sobre a retirada das autoridades administrativas portuguesas para a ilha de Atauro, Melo Antunes afirmou que isso foi motivado por razões de segurança, mas que tal facto em nada afectou os direitos de Portugal, uma vez que ainda lá permanecem os símbolos do poder: uma corveta portuguesa e os oficiais mais responsáveis continuam em águas territoriais Leste-timorenses. Quanto ao contingente militar, ele era meramente simbólico e em nada poderia alterar a evolução dos acontecimentos. A sua retirada impunha-se também, pelas mesmas razões de segurança.

Noitoz passo das suas declarações, o ministro dos Negócios Estrangeiros disse considerar que, fazendo um balanço da descolonização, o saldo é francamente positivo. Houve, evidentemente, "incidentes de percurso", mas o que a história reterá é que, em apenas pouco mais de 18 meses, Portugal deu a independência aos povos das

suas colónias. Mesmo quanto a Angola — acrescentou — pode dizer-se que se cumpriu o essencial. "Se pudessemos voltar atrás — disse em substância o ministro — faria o mesmo, embora eliminando alguns erros".

Porque, reconheceu, cometeram-se erros, mas "alguns dos erros eram inevitáveis". E disse que se a descolonização tivesse sido o objectivo nº 1, o objectivo único, ou pelo menos primordial, da Revolução, o problema de Angola poderia ter-se resolvido de forma mais satisfatória. Simplesmente, várias questões de política interna ganharam importância crescente, ao ponto de condicionarem a própria descolonização. O ministro repetiria que, no entanto, o saldo era positivo. Ainda a propósito de Angola, o responsável pela política externa portuguesa afirmou que "não temos qualquer conhecimento" de assalto militar americano à FNLA. "Se o tivéssemos, reagiriamos".

Dos problemas de Timor Leste passou-se rapidamente à actualidade política interna, quando o ministro dos Estrangeiros foi solicitado a pronunciar-se sobre o rão solicitado por alguns Partidos "regresso dos militares aos quartéis". O major Melo Antunes começaria por notar que essa questão vinha sendo posta e frequentemente acompanhada de uma outra: a da distinção entre militares "operacionais" e militares "políticos". Distinção esta que o conferencista classificou de arbitrária e que era mais uma tentativa para provocar profundas divisões nas Forças Armadas. E acrescentou que nunca houve melhores condições de coesão no seio do MFA. Referindo-se mais de perto à pergunta formulada, Melo Antunes disse que o objectivo neste momento visado é a criação de uma sociedade democrática com umas Forças Armadas assentes em bases democráticas. Nesse sentido,

irá ser feita uma revisão profunda das estruturas do MFA. Não se consentirá que unidades militares enquanto tais façam política, mas não se consentirá também que o MFA se divirca da política.

"Se calissemos numa democracia formal, teria acabado o 'Revolução' — afirmou Melo Antunes, para salientar que certas conquistas da democracia formal são imprescindíveis, mas que o MFA não pode abdicar do seu papel de impulsionador das profundas reformas revolucionárias.

Quanto às relações com os Partidos, o major Melo Antunes classificaria o Movimento das Forças Armadas de "tecido conjuntivo" de todas as forças políticas em presença. Nesse sentido, o pacto MFA-Partidos tem toda a razão de continuar, embora deva ser revisto face à nova conjuntura política. Mas o essencial dessa aliança não deve ser posto em causa.

SAVOS, *Matias Brederode***can  
to  
esquerdo**

por Nuno Brederode Santos

**O médico e o monstro**

O PARTIDO Popular Democrático teve sempre duas faces. Como outros, de resto, pelo que não chega a ser pecado de monta.

O PPD exibiu, por vezes, uma face arejada, colaborante, integrada nas convenções vigentes para o bom senso e o bom gosto. Outras vezes, preferiu assumir uma imagem intransigentemente conservadora, uma expressão agastada, uma atitude de amuo e de ruptura. E, muito embora esta duplicidade constituísse objectivamente a tática de inserção do PPD no sistema em desequilíbrio que o rodeava, a verdade é que nunca o partido, por dentro, parece tê-la assumido como tal, sendo muitos os sintomas do mal-estar que essa inconstância provocava nas fileiras.

A primeira face viria a personificar-se em Emídio Guerreiro, durante o período em que o afastamento de Sá Carneiro o colocou ao leme do partido. Reclamando, como característica pessoal, uma «formação cultural marxista», tecendo loas históricas à «gloriosa» Revolução de Outubro, frizando sempre a meta socialista da social-democracia, mantendo uma diplomacia conciliatória e dialogante, Emídio Guerreiro ganhou espaço de manobra para empenhar o seu partido num afrontamento prático permanente com o PCP, sem perder a imagem que o seu discurso lhe ia granjeando. Nunca, como no período da sua direcção, as bases do PPD, por todo o país, tiveram carta branca para a militância activa anti-PCP, a qual, não poucas vezes, assumiu formas violentas. Todavia, a magia da palavra lá estava para não permitir que o PPD fosse visto como uma formação em ruptura com os ramos do processo português.

A segunda face personifica-se em Sá Carneiro. E embora dela se vissem já indícios a quando do seu primeiro período de direcção do partido, foi após o seu regresso às funções de secretário-geral que o facto se tornou claro. Estruturalmente mais conservador — e, por isso mesmo, mais preconceituoso — Sá Carneiro revela-se muito mais timorato no recurso às «explosões das bases», preferindo o sistema de arvorar valores táticos em princípios e defendê-los dura e intransigentemente nas superestruturas políticas. O seu discurso é autoritário, pouco maleável e, por vezes, agressivo. Parece entender que a intransigência formal é o melhor ponto de partida para a negociação e, por isso mesmo, a sua atitude é permanentemente de ruptura.

Todavia, quer pelas suas características de partido eminentemente eleitoral, quer sobretudo porque a natureza do processo português, desde o 25 de Abril de 1974 até agora, recusou ao PPD um papel de prota-

gonista, a verdade é que o discurso político tem sido de fundamental importância. E, por isso, se Emídio Guerreiro parece mais próximo dos melhores quadros do seu partido, ninguém, como Sá Carneiro, parece melhor representar a verdade sociológica do PPD.

Nem por ser mais descentralizador e mais duro na acção de base, conseguiu aquele o carisma de que este dispõe no seio do partido. Se um «quaker», um espartano e um velho bolchevique puderem complementar-se num só temperamento político, Sá Carneiro é isso mesmo — e as bases predominantemente conservadoras do PPD preferem isso às jogadas malabares e sofisticadas dos seus quadros políticos de ponta.

O Congresso de Aveiro parece assinalar o fim desta complementaridade. Outras virão, decerto. Mas os termos em que objectivamente o PPD vinha desenrolando a sua tática dúplice parecem comprometidos, por imposição da lógica absorvente do poder pessoal.

O fenómeno não é novo. Também o médico e o monstro se complementavam e a delinquência de Edward Hyde, a sua recusa activa de todos os valores do seu tempo, constituíam a catarse de Henry Jekyll, o preço da conservação da sua imagem socialmente modelar. Mas, com o passar do tempo, quanto mais Hyde prevaricava, tanto mais a consciência do Dr. Jekyll se purificava e conformava às normas da conveniência, libertando-se do recalamento dos desejos proibidos. Quanto mais odioso era o monstro, tanto mais libertador era o seu papel; mas, por isso mesmo, tanto mais insuportável e indigna era a sua conduta aos olhos do médico. Por fim, a consciência da complementaridade não podia já impedir a ruptura.

Seria ocioso distribuir os papéis de Hyde e Jekyll, porque eles são uma única e mesma pessoa: o PPD.

O que importa, isso sim, é que a complementaridade foi, em Aveiro, fortemente abalada, senão extinta. Por um estatuto de poder pessoal e liberdade de manobra que talvez não exista em qualquer outro partido português, Sá Carneiro pagou o preço da perda de alguns militantes que tinham o valor de bandeiras.

Se a sangria dos quadros se ficar por aí, talvez ainda tenha feito um bom negócio. Mas, se atrás de Emídio Guerreiro, J. A. Seabra, Santos Silva e Serra de Oliveira, seguirem nomes como Sá Borges, Mota Pinto, Marcelo Rebelo de Sousa, Graça Moura ou Balsemão, então a onnipotência dentro do aparelho terá custado a possibilidade de reivindicar, com um mínimo de verosimilhança, o desejado estatuto de social-democracia. De reivindicar, sublinhe-se — que não é o mesmo que possuir.

Expresso

15 - 12 - 10

2

CARVALHO, Augusto de

desde sábado

# Da vacina do MFA à voz do dono nos meios de comunicação social

Augusto  
de Carvalho

A SEQUÊNCIA dos acontecimentos do 25 de Novembro já é indicativa bastante das coordenadas que vão balisar a política portuguesa até às eleições legislativas, que tudo leva a crer se realizarão nos meados da Primavera.

A intransigência inicial de Sá Carneiro, no respeitante à participação do PCP no Governo, sucedeu-se uma certa maleabil-

dade, na medida em que, do seu ponto de vista, poderá fazer coligação com o partido de Cunhal, subordinando-se este a condições precisas na óptica do político trapeiro.

Para a mudança de atitude de Sá Carneiro, o senhor todo poderoso dentro do partido, que muitos dos seus companheiros apelidam de «Cunhal das direi-

tas», terão contribuído, de forma não indiferente, representantes de linhas de força dentro do MFA, bem como o próprio empenho de Mário Soares que aconselhou determinados elementos do PPD, renitentes na ida a Aveiro, a estarem presentes no Congresso, a fim de frenarem a guinada para a direita que vem caracterizando o secretário-geral pedetista.



### Antipecepismo que não é direita?

Há, porém, quem não entenda o antipecepismo de Sá Carneiro como uma guinada para a direita. Nesta linha de pensamento se situa muita gente da Frente Militar Antifascista, Anti-Social Fascista, lénica esta que cada vez ganhava mais adeptos no seio das Forças Armadas.

A tentativa de golpe do 25 de Novembro veio, porém, ralerar a corrente de adesões mais ou menos explícitas a tal frente alargada, na medida em que o contra-golpe, por enquanto vitorioso, aparece como a destruição da hegemonia do PCP no aparelho de Estado e nas organizações das FAs. Foi a existência desta frente e o seu alargar constante, um dos elementos que contribuiu para o precipitar do golpe, há muito na encubadora.

Na opinião destes militares é necessário fazer vergar o PCP, denunciando toda a sua política

gépica depois do 25 de Abril, que viria a culminar com o 25 de Novembro em que os enviou para, depois, lhe tirar o tapete de lápis dos pés. Para estes militares, na sua grande maioria operacionais e que têm ante os olhos a globalidade do povo português (dizia há dias um drês que há trabalhadores no PC, que os há no PS e que os há também no PPD) é necessário colocar bem, o acento na tonalidade democrática, já que,



Sá Carneiro, antipecepista que só mudou suas convicções muito preciasas

por enquanto, a classe trabalhadora e o proletariado não estão em condições de dirigir a revolução. Embora esta fórmula algo saiba a MRPP, verdade é, porém, que ela é aceite como plataforma por centenas e centenas de oficiais, sargentos e praças que se recusam a admitir que o processo político português seja comandado por minorias cupulares, as quais importam, depois, o seu figurino pré-fabricado.

Neste particular, o Congresso do PPD se alguma indicação ofereceu, foi o reforço da posição pessoal do seu secretário-geral, apesar do diferendo interno que levou certos pebedistas, alguns deles figuras de relevo no partido, a abandonarem aquela direcção. Fundamentalmente, como disseram, por Sá Carneiro estar a transformar-se num pequeno ditador do partido, criando um mecanismo interno que o guinda a tal posição, na medida em que a favorece. Uma coisa são, no entanto, os problemas internos do partido, outra a sua política de relação externa.

### Influência de Vitor Crespo

Terá contribuído, no entanto, para uma maior dose de maleabilidade de Sá Carneiro relativamente ao PCP o encontro que teve nas vésperas do Congresso com representantes do MFA. Vitor Crespo deslocou-se, positivamente, ao Porto, para esse efeito. Era fundamental, na opinião de homens como Vitor Crespo, que o PPD não perdesse no seu intransigente antipecepismo, pois poderia abrir nova crise, até porque os sintomas a nível militar não eram de todo tranquilizantes (a observação dos sintomas tranquilizantes é nossa). Lembremos aqui, a propósito, o inquérito que o nosso redactor-correspondente, no Porto, fez entre os militares da zona e que publicamos na última edição. A maioria, deles afirmou claramente que era necessário definir, de uma vez para sempre, se a social-democracia era ou não via para o socialismo e que, no fundo, significava perguntar se num projecto político que se afirma de tendência socialista enquanto tem como finalidade tal sistema, é possível a existência de um partido que se arroga publicamente de socialdemocrata e o consigna na declaração de princípios. A pergunta, no entanto, engloba a determinação de considerarem válida tal via.



Vitor Crespo, Melo Antunes, Soares e Pato: à procura de uma certa convergência



## Os passa-culpas

Entre os militares passa-culpas em relação ao partido de Cunhal e satélites, vamos encontrar um grupo que pensa que a classe operária acabará por actuar em massa dentro dos quadros do PCP, constituindo este o acelerador do processo político português. A sua tendência de conquistar o poder através de golpes e contragolpes, acentuam, tendência que admitem, unanimemente, ser-lhe congénita, encontrando pela frente um MFA, garante do processo democrático, cuja finalidade essencial, depois do 25 de Novembro, reside no diminuir os cortes verticais entre os partidos subalternando as respectivas horizontalidades.

Será Melo Antunes um dos expoentes desta linha, aliás o primeiro a pronunciar-se publicamente, logo a seguir ao golpe, certamente com a intenção, também, de desmobilizar aqueles e muitos seriam, que pensavam já na marginalização do PCP da nossa vida política. Se Melo Antunes é um dos expoentes, Vitor Crespo tem sido o negociador, contactando com os partidos mais difíceis, neste caso PCP e PPD.

Segundo fontes do PCP (não conseguimos directamente chegar à fala com os responsáveis, pois, como é do conhecimento público, recusam-se os dirigentes do Partido Comunista Português a prestar declarações ao EXPRESSO — nós não nos apoiamos em adoração ao partido em relação ao qual, como a todos os outros, sempre mantivemos atitude crítica) Vitor Crespo encontrou-se, também, com Sérgio Vilanques e Octávio Pinto, com



Costa Gomes: o homem que se decidiu

os quais tiveram impressões sobre o problema PCP-PPD, traduzindo na conjuntura actual. Como é do domínio público reconstituem estes homens duas nuances no PCP, sendo o primeiro um duro quanto aos métodos para a chegada ao poder, o que nem sequer disfarça com linguagem cunhaliana e o segundo, mais berlinguiano. Estes contactos com o PCP parece terem dado os seus frutos para o que terá contribuído intencionalmente o resultado do 25 de Novembro. Alvaro Cunhal no comício de domingo, no Campo Pequeno, não só viu vantagem nas eleições para a Legislativa, como advém tipicamente um recuo ao P.

Os militares, porém, que analisam o entendimento entre PPD, PC e PS, reflectem, contudo, um certo temor, de poderem abrir caminho a novas instrumentalizações por parte do PCP, embora outros afirmem que

tal já é extremamente difícil dada a história bem recente, a qual continua a ser mecha do vida, enquanto prodiga em ensinamentos. Por outro lado, a presença do PCP no cenário político, colaborante, parece-lhe absolutamente necessário na medida em que não crêem demasiado num PPD-Sá Carneiro cuja prática política o caracteriza e acentua como capitalista inteligente que pode polarizar uma grande parte do eleitorado. Dado inclusivamente o seu antipetismo e atendendo a que este sentimento se incrustou, ultimamente, no povo português com certa veemência, poderia amanhã sob tal motivação transformar-se no partido maioritário, com o que viria a sofrer o projecto socialista. Uma vez maioritário seria apoiado, sem dúvida, pelos operacionais militares, muito sensíveis à vontade popular quando livremente manifestada. E embora a outra linha de militares, afirma que se Portugal não everedasse pelo caminho do socialismo, estaria disposta a fazer um novo 25 de Abril, por mim ponho fortes dúvidas se não viria a ser mais uma intenção sem possibilidades de êxito.

Começa a detectar-se entre as Forças Armadas feridas e chocadas com o 25 de Novembro (afinal quem acaba por pagar as faturas são os militares, quando é certo que foram lançados na aventura por civis sabedores que ficam na sombra e não são presos a união à volta de um programa mínimo que se define pela negativa: não é instrumentalização, venha ela do PPD ou do PCP ou do PS. No aspecto positivo põe a tónica na democratização e na independência nacional.

## O general Eanes

Um dos maiores expoentes desta forma de pensar é o general Eanes, homem forte no momento que passa, não tanto por si mesmo, mas pelas forças que representa. Por outro lado, o general Costa Gomes, depois de todas as hesitações ou da procura dos elementos para resolver a equação de forças, decidiu-se, segundo diz quem bem o conhece nesta fase, pela maioria das Forças Armadas, que afinal segue o programa mínimo.

Foram significativas algumas palavras do general Eanes na tomada de posse as quais aqui sublinhamos. Disse com efeito: «O circunstancialismo vigesista na altura da nomeação determinou que aceitasse interinamente o cargo. Foi considerando a dimensão essencialmente militar desta função, não esquecendo embora a sua face política. Nessa perspectiva e considerando como objectivos prioritários a independência nacional e a construção de uma nova sociedade democrática e socialista (atenda-se à palavra democrática), é meu propósito fazer do Exército uma força partidária, consciente e decididamente ao serviço do povo e da revolução democrática e socialista portuguesa, conferir à totalidade do Exército a disciplina, a coesão e a eficiência técnica indispensável à operacionalidade exigida pela defesa intrínseca da revolução e da independência nacional, fazer do exército uma instituição nacionalmente prestigiada e intimamente ligada ao povo que deve servir. Para a consecução de tais propósitos, conto com a acção interessada de todos os militares, mas muito em particular com os do quadro permanentes».

É o general Eanes personalidade de prestígio no seio das Forças Armadas, até por pequenos nada que o impedem à consideração dos seus colegas. Todo o mundo sabe que foi Presidente do Conselho de Administração da RTP, de onde foi afastado por lutas partidárias de minorias, apesar de um abaixo-assinado da maioria dos trabalhadores o haver requerido entre eles. Recusou-se, nessa altura, o então major Eanes a receber o salário

de cerca de quarenta contos que lhe competiam, devido ao cargo que desempenhava optando pelo vencimento de major que anda na casa dos 12.

Também desta feita já disse que, sendo a graduação no generalato uma necessidade circunstancial em razão da função, continuará a receber pelo seu posto de tenente coronel.

No capítulo da manipulação partidária, para além do que lhe aconteceu na televisão conhece alguns pormenores que se passaram com pessoas das suas relações no MFA que ainda mais o porão de sobreaviso. Por exemplo, ainda está na memória de todos um célebre encontro havido em Portugal entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Italiano. Este veio a Portugal a convite daquele, a fim de lhe proporcionar um contacto ao vivo com a realidade portuguesa. Durante um jantar para

que foram convidados representantes do MFA, o PCP tentou dizer ao seu congénere (congenere «na non troppo», diriam os italianos) que o MFA comungava inteiramente das ideias do PCP. Tal afirmação deu origem a controvérsia com a entrada em cena de um elemento do MFA presente que discordou, dizendo que tal era controverso.

E explicou o porquê. Por outro lado, quando, na Quinta Divisão, Ramiro Correia e Varela Gomes preparavam o lançamento das campanhas de dinamização, foi aventado que se devia sugerir o partido em que as populações deveriam votar e esse partido era o de Varela Gomes e Ramiro Correia. Embora se levantassem opositores, o que é certo a planificação da campanha ficou a cargo da Quinta Divisão.

São tudo isto vacinas que poderão fazer muito bem quer aos militares, quer ao PCP acasotando contra aventureirismos futuros, quer sobretudo ao processo revolucionário português que necessita de todas as forças e correntes políticas a contribuir para uma independência nacional a partir da qual o país seja capaz de se autodeterminar por caminhos populares.



General Eanes — Forças Armadas ao serviço da independência nacional e do projecto democrático e socialista



Vasco Lourenço: um revolucionário intuitivo



Pires Veloso: a voz militar do Norte

## Um revolucionário intuitivo

A posse do brigadeiro Vasco Lourenço, no cargo de comandante da Região Militar de Lisboa, cuja nomeação fora afinal o fenómeno, o despoletador do golpe, dá-nos também algumas indicações quanto as linhas de pensamento que dentro em breve poderão entrar, se é que já não entraram, em tensão dialéctica nas Forças Armadas. Gostaria que estas palavras fossem bem entendidas para não choverem já as acusações de divisionismo, o que talvez seja hoje, mais difícil dada a nossa condição de mais adultos.

Vasco Lourenço pôs um dos acentos tónicos nas organizações unitárias de base, dizendo: «Em relação às organizações unitárias de base, sobre as quais tenho expressado, por várias vezes, as minhas opiniões, afirmo, desde já, que a Região Militar de Lisboa está na firme disposição de as apoiar em realizações concretas, encaradas que sejam sob o seu verdadeiro papel, tornando-se necessária a urgente revisão da sua organização, no sentido de que as mesmas reflectam uma autêntica democracia directa e não sejam comprometidas e utilizadas por forças apartidárias, nem sirvam no contacto essas mesmas unidades que possam levar a situações semelhantes às vividas no 25 de Novembro».

Estas palavras de Vasco Lourenço assumem tanto mais significado, quanto é certo que o Conselheiro da Revolução que ele é não morreu de amores pelo Pacto afirmando, na altura, claramente, que via nele assim tablado em gabinete um certo acachapamento das iniciativas de base. Isto mesmo fez que houvesse muita gente então que o clarificou como um dos poucos revolucionários, embora intuitivo.

Começa também a notar-se, no Movimento das Forças Armadas, a exigência de democraticidade interna, exigência essa que requer que se não guardem triunfos na manga para posteriores jogadas, como era muito hábito antes do 25 de Novembro. Por isso mesmo, os meios militares requerem que tudo seja tratado entre eles abertamente e não haja

arcas encovadas, criticando a atitude de alguns oficiais a quem, por exemplo, se apresentaram militares com mandato de captura prometendo desvendarem segredos sob certas condições e eles não os canalizaram imediatamente para as comissões de inquérito, devidamente nomeadas. Pequenos sentes que podem, à partida, meter desconfiança no seio do Movimento e impedir a natural influência recíproca das várias linhas de pensamento que, forçosamente, vão sendo criadas com o tempo e que poderão entrar em choques frontais em vez de se clivarem.

Chegados a este ponto poderemos focar a tão decantada ideia dos militares para dentro dos quartéis ou dos militares na vida política. Se estar dentro dos quartéis significa fazer treino de tiro para pura e simplesmente serem mandados pelas cúpulas do poder, não nos parece o caminho que os acontecimentos apontam. O caminho que os acontecimentos apontam é um MFA cada vez mais conjunto das Forças Armadas, apartidário, como vigilante e garante de um avançar para o socialismo fora de esquemas golpistas. Venham esses golpes da direita ou da esquerda. As armas ao serviço do desenvolvimento e evolução da vontade popular, manifestada não apenas através das eleições, mas também das organizações de base, em democracia mais directa. Armas que desencorajem os manipuladores de qualquer espécie.



Avelino Teixeira: um siberov a ter em conta

## A imprensa

Não queria terminar esta análise sem chamar a atenção para o que está a acontecer nos meios de comunicação social. Refiro-me aos estatizados que já estão em função: rádio e televisão. Passou-se de um extremo ao outro, sem se ter encontrado como fio condutor e orientador a independência nacional. Os vícios que o fascismo meteu nos meios de comunicação social continuam a manifestar-se, como se manifestavam antes do 25 de Novembro, em que as organizações que dominavam a imprensa liam à tarde o que tinham dito de manhã e de manhã o que tinham dito à tarde, acabando por tomar os seus desejos expressos nos seus meios de comunicação social pela realidade. Mas o vício fascista na informação foi que os jornalistas, com honrosas excepções, estavam sempre de orelha à escuta para ouvirem a voz do dono e a transmitiram, assegurando assim, sorrizadamente, os seus lugares. Antes do 25 de Novembro, a voz do

dono ecoou por esse Portugal fora através de servidores intermediários. Será que vamos assistir, daqui para a frente, ao mesmo fenómeno?

A linha de independência que o MFA está a pretender seguir na vida política portuguesa poderia ser uma indicação preciosa para a nossa imprensa. Os sintomas, porém, não deixaram de alarmar.



Spínola: o homem que mais perdeu com o 25 de Novembro

quem  
foi...



## Melo Antunes Esfinge até quando?

«FOI DESTINO histórico do meu país encetar contactos entre povos e civilizações diferenciadas e anteriormente isoladas entre si. É nosso desejo contribuir hoje para um avanço mais nesta acção do Homem no sentido do universal, isto que é ser-se humano passo a passo mais, no dizer de um poeta português... Só superando toda a opressão que ainda hoje vitima a Humanidade será possível ao Homem surgir plenamente na sua missão de criador de valores universais e de consórcio do próprio Universo. Pois não ad a sobrevivência da espécie humana nos preocupa mas também a realização plena da Humanidade, através da sua libertação de todas as sujeições e alienações, até ao fim da pré-história da sociedade humana.»

Isto, que talvez poucos jornais se tenham lembrado de transcrever do longo discurso do ministro Melo Antunes à ONU, é o melhor retrato do ministro Melo Antunes. O outro seria o de uma Esfinge detentora de um segredo que segundo um rumor corria no progressivamente revelando... Rigor, interesse, inspiração serão aliás palavras que constantemente afirmam quando nos falamos de Melo Antunes.

Em 1933 nasceu no Algarve Ernesto Augusto de Melo Antunes.

### Anti-militarista?

— «Várias vezes lhe perguntei — porque me fazia confuso — porque é que ele parecia ao exercício se era contra eles. Assim, após a conversa alguém que conhecia Melo Antunes nos recusados fins dos anos 50 quando, então, prestava serviço em São Miguel, Açores...»  
— «A pouco e pouco, é medida que o ia conhecendo durante aquele ano e tal em que fomos vizinhos em S. Salvador, eu ia ficando com a ideia de que ele era um militar completamente diferente dos que eu tinha conhecido até ali. O que sabia de política, o seu pensamento filosófico... mas não era só no campo ideológico que ele era forte, também no campo cultural.»  
Isto recorda um oficial miliciano que esteve com ele no norte de Angola de 1971 a 1973.

— «Conheci-o pouco depois de ele ter apresentado a sua candidatura pela CDB de Ponta Delgada às eleições de 1968. Lembrou-me de que começámos a discutir a revista «Il Manifesto» e as suas teses e, numa altura em que se desconhecia a existência de capitães marxistas, fiz-me impressão encontrar um capitão fardado com determinadas posições», diz um próximo colaborador de Melo Antunes que desde 1973 tem vindo a assistir o «mais de perp»

Um militar anti-militarista, como poderá inferir-se da primeira afirmação? Não exactamente. Bastam olharmos as mesmas pessoas que todos eles, o conhecemos com intensidade em períodos muito diferentes da sua carreira.

— «Ele respondia que era mais feliz ficando dentro do que saindo.»

— «A posição dele foi, desde o princípio, que da guerra não se devia desviar. Era preciso ficar para fazer um trabalho político dentro das forças armadas. Esta posição valeu-lhe muitas críticas (de um lado) e incoerências (do outro) mas, tendo em vista o que se passou com o 25 de Abril e depois dele, penso que ele tinha razão.»

— «Todos (oficiais milicianos e os outros) reconheciam que não havia nada a apontar-lhe na carreira militar. No seu campo profissional específico, o de elaboração de operações, era um bellissimo técnico. Ele encrava a sua carreira de militar tecnicamente e o que lhe dessem para fazer, ele fazia bem. Mas era ao mesmo tempo profundamente humano. As operações que, antes dele, duravam 10 dias, passaram para um máximo de 3 porque ele pensava no desgaste que isso causava às pessoas e às consequências. Ele distinguia bem o campo da sua tarefa militar e o seu trabalho como político. Valeria a pena que alguém pensasse em publicar a entrevista que Mário Mesquita lhe fez sobre a maneira como encrava as suas relações com o exercício, com a guerra colonial, etc., e que nunca viu a luz.»

Melo Antunes era, com certeza, contra o exercício que havia, contra o que esse exercício servia, mas acreditava que, ficando dentro, era possível transformar o exercício. Quando terá começado a pensar em, com um exercício transformado transformar o país?

Em 69/70 a fit parecia ser pouca. Conta-nos um elemento do «Comité do Funchal» — com quem Melo Antunes contactou várias vezes — com enviado do grupo de «oposições açorianas» que pretendia, na altura das eleições, fazer uma ligação com a Madeira, eventualmente estabelecendo a edição desse então prestigiadíssimo órgão da oposição portuguesa aos Açores: «Quando lhe perguntávamos que esperanças é que havia de transformação da tropa por dentro, ele dizia-nos que havia um ou dois com quem se podia falar mas era tudo. Nem pensar em que eles fossem capazes de mudar fosse o que fosse. A única solução para a tropa era sair dela». Já lá longe a verde esperança do tenente em primeira missão nos Açores (para quem «oficar» é que é oitão) e não se tinham ainda criado as condições que permitiriam a «ousadia» de esperar.

**As lides nas «ilhas»**

Mas enquanto o pau (salazarista-marcelista) ia e vinha, Melo Antunes não deixou nunca de folgar com a esquerda que lhe estava à mão. Ligado, desde '58, aos Açores, nunca deixou de, com gente da ilha, ir dando os cortes possíveis no salazarismo.

Vemo-lo encontrando-se com aspirantes de passagem e com naturais do arquipélago como

Flores de Andrade, Manuel Alegre, Borges Coutinho, Jaime Gama, Mário Mesquita e outros; ligado ao grupo «Sextante», contactos que, aliás, prolongam em Lisboa em tertúlias em que participam elementos dos Açores e da Madeira e outros intelectuais como Cardia, Assis Pacheco, etc. Contava nas suas relações diversos militantes do PC, embora ele próprio nunca tenha pertencido ao Partido. A sua ligação aos Açores onde, nos intervalos das suas numerosas comissões em Angola, sempre voltava, levaram-no a ser o principal redactor do programa da CDE e a apresentar a sua candidatura às eleições (aliás recusada pelo Governo), pelo círculo de Ponta Delgada. Ai terá dado início à sua decidida vocação para inspirador de «programas» e «documentos políticos», visto que, depois do da CDE, se lhe atribui parte importante na redacção do primeiro programa do Partido Socialista, (partido com que mantinha relações — chegou a fazer umas conferências numa cooperativa que esse partido animava) na elaboração dos diversos textos do Movimento dos Capitães, além dos conhecidos documentos post-25 de Abril (o Plano Melo Antunes e o Documento dos Nove). Pelo menpe.

**Ler e ensinar**

Mas Melo Antunes não era exactamente o que se possa chamar um político. Ele é um intelectual a quem uma forte exigência moral e uma sólida formação teórica empurraram para a política. «Ele é um intelectual. Lá nos Açores até diziam nele é boa pessoa, é pena é aquele livro sempre pendurado debaixo do braço». Isto em '58. E em Angola, em 1972: «Muitas vezes nós íamos ao cinema com a mulher dele e ele dizia que tinha que ficar a trabalhar e afinal era só para ficar a ler. Os livros dele eram todos anotados à margem. Isso para nós milicianos era interessantíssimo. Emprestavamos muitos livros, em geral franceses... Reuniamos-nos frequentemente com ele para discutir. As interpretações que fazia de Marx levaram-nos à conclusão de que era um profundo conhecedor...».

Mas nos Açores, anos antes, aconselhava

a esta pessoa que o recorda agora conhecido, romancistas russos e americanos... E organizava sessões de música gravada no Museu e tentou fazer teatro radiofónico... Como não chegasse, fundou um colégio de que foi director e professor.

«Professor era o que ele gostava de ter sido. Foi a fortíssima influência da família que o empurrou para a Academia Militar...», diz-nos quem o conheceu. (O pai era militar, um «bom» da Legião...)

Mas, ingressado no QP em 1957, foi-se entretendo com aquelas múltiplas actividades — já sob o olhar desconfiado das pides locais — e, mái sabia ainda o que lhe acontecia, já estava a ser mandado para a guerra. Era em 1963 e lá ficou até 1965. Em 1966 voltaria a Angola, até 1968. E, novamente, em 1971, é enviado para Nínde, uma das piores zonas, no Sudoeste de Angola (onde onde eles — esperavam que ele não voltasse, asseguram-nos), e a seguir para S. Salvador, no Norte. Melo Antunes, confiando-se a amigos, no intervalo destas comissões revela a sua tristeza e preocupação por ver claramente a intenção das autoridades ao enviar para as piores zonas. Mas foi sempre. E voltou. E até aí, foi a si próprio, propôs-se criar um curso de filosofia e política para as mulheres dos oficiais. Tinha a casa constantemente vigiada pela DGS, o que não o impedia de nela criar um centro de convívio que muitos dos que nele participaram recordam como um dos bons bocados desta interminável guerra.

Quando Melo Antunes aparece, com o 25 de Abril, fazendo parte da Junta de Salvação Nacional e do Conselho de Estado, se é um desaconhecido para o grande público, não o é para quem tinha andado nas lides da «oposição». Uns, lembravam-se dele, anos antes, em reuniões de amigos, outros tinham ouvido falar do tal «militar de esquerda» (concedámos que a «antiguidade» dele nesta matéria é indiscutível, desculpar-nos-ão outros militantes), outros tinham-no acompanhado na última fase de preparativos do 25 de Abril (só a partir de Fevereiro, porque antes guardava um segredo total mesmo para os mais íntimos).

**Homem de uma só linha...**

É nomeado ministro sem pasta, no II e III Governos e passa a Ministro dos Negócios Estrangeiros com o despoitar do IV Governo. Foi durante este período que Melo Antunes levou a cabo todos os contactos que o acreditam como o «verdadero» artífice da descolonização portuguesa (se esquecer o papel de Mário Soares, embora se possa dizer que a sua passagem pelo ministério dos Negócios Estrangeiros do IV Governo não teve o impacto que poderia ter tido devido a resistências que já faziam pressentir o V Governo, único em que Melo Antunes não participou). Com o VI, retomou o cargo dos Negócios Estrangeiros, a tempo de arcar com as dificuldades da independência de Angola em clima de guerra civil.

A esse respeito irá explicar-se às Nações Unidas, onde tem uma intervenção que é bem um resumo de todas as linhas de força da sua política. (A coerência de linha política e ideológica que encontramos em todas as suas intervenções públicas, ao longo dos meses, é um aspecto que não pode deixar de assinalar-se, visto ser coisa que não acontece com outros

Continua na pág. 18



## Quem é quem foi Melo Antunes?

Continuação pág. 8

militares cuja maior parte dos discursos tendiam a analisar de tal modo se contradiziam...)

Na ONU, tal como nos diversos discursos que profere enquanto MNE, por ocasião de encontros com personalidades estrangeiras (como o ministro britânico, o representante da RFA, o representante da CEE, o ministro holandês) Melo Antunes pôs sem clareza (e sem aquela fluência de sotaque) tão cara a outros representantes diplomáticos nossos — que, na Alemanha, se esquecem do Terceiro Mundo e, em África, se lembram pouco da Europa — as suas linhas de orientação: vontade de não perturbar o equilíbrio mundial, pelo que considera tão importante as relações com uma Europa que tenda para o reforço da sua autonomia como com os países do Terceiro Mundo, com especial referência à bacia do Mediterrâneo, junto das quais pensa poder desempenhar um papel especial, na procura de definição de um novo modelo. Estas relações que deseja e crê possíveis terão de respeitar a condição básica de preservação da nossa independência nacional. Não deixa Melo Antunes de, em diversas ocasiões, referir o que considera a nossa descolonização exemplar, que, no seu entender, permite precisamente a Portugal ser o portador desse novo modelo.

### Um novo modelo

Porque praticamos uma descolonização «sem quaisquer interesses de neo-colonialismo», estamos aptos a promover «uma cooperação e aliança profunda entre povos com níveis de desenvolvimento diferentes mas com metas idênticas a conquistar, rumo a relações mais justas entre países ricos e países pobres...». «O futuro das relações entre os países industrializados da Europa e os países pobres da África e de uma maneira geral do Terceiro Mundo passam por uma reorganização, por uma reciclagem de todos os recursos postos à disposição dos povos.» Falando da Europa e do Terceiro Mundo e dos países árabes em particular diz: «...talvez seja possível prever acordos triangulares, entre fórmulas de relações entre estes dois grupos de interesses e ter um papel muito progressivo no estabelecimento de novos equilíbrios e de novas solidariedades a estabelecer e penso que Portugal poderá desempenhar um papel de interlocutor muito válido em todo este quadro.» E afirma: «Factos recentes encorajadores como a convenção de Loulé levam-nos a apostar no estabelecimento de relações mais justas e equitativas entre a Europa e o Terceiro Mundo que contrabalançam o peso das grandes potências.»

Ele define muito claramente o que é a «opção do socialismo em democracia política»: «...Os portugueses querem uma sociedade em progressiva emancipação de todas as formas alienadas de relações entre os homens que decorem de a riqueza e o poder de decisão serem concentradas

numa camada minoritária, querem uma sociedade rumo à abolição dos divórcios de classes...» «...por outro lado os portugueses não querem sacrificios nesta marcha para o socialismo e conquistas de democracia política, assente no sistema representativo, sufrágio universal e pluralitarismo porque entendemos que o verdadeiro socialismo só surge, após aprovada e universalizada estas conquistas históricas sem deixar de estar aberto a outras formas de vida democrática que a iniciativa criadora dos povos põe em marcha.»

É este projecto de transição pacífica para o socialismo, de formulação claramente marxista, mas não dogmática, que o caracteriza. Melo Antunes aponta nitidamente para a necessidade de um novo modelo — que não seja nem o autoritarismo dos socialismos clássicos nem o libertarismo dos socialismos burocráticos. Daí, talvez, o ele agarrar-se, de princípio, tão fortemente, à Argélia (recorde-se o elogio particular que, na ONU, faz ao papel de Boumediene no nosso processo de libertação), não — como muitos gostam de afirmar — por intenção de ser o Boumediene português (no que isso possa implicar de bonapartismo) mas porque ele representa uma vontade realizada de independência nacional, de procura de um modelo original. É sob a influência de Boumediene que Melo Antunes formula a sua visão da estratégia mundial em termos de países ricos e pobres e não, como seria de esperar num europeu, em termos de capitalismo versus socialismo.

Como conciliar o terror de Melo Antunes perante os socialismos burocráticos de Leste com a sua repetida (e ainda recente, post-25 de Novembro) defesa do PCP ao Governo?

«Uma questão de realismo político», parece ser a resposta evidente. O tio falado «bom senso» de Melo Antunes. Profeticamente, em entrevista ao *Novel Observateur* saída no próprio dia 25 ele denunciava o PCP e a sua aliança oportunista, com a esquerda (que transforma em seus instrumentos), para a tomada do poder político pela força. E acrescentava: «A única maneira de poder continuar a governar com o PC — o que é desejável — é ganhar a batalha da (re)organização das forças armadas. E vital.» E, autocriticando-se: «Julgamos que uma estrutura política democrática podia instalar-se nas forças armadas. Estivámos enganados. Para construir a democracia não basta é preciso poder fazer respeitá-la, tendo o exército como braço secular. O exército tem de ser o braço de aço, não um laboratório político.» Melo Antunes termina afirmando que é preciso «uma reformulação do acordo dos Nove com o Governo» e que talvez a sua presença agora seja mais útil dentro do exército.

Um homem que, afinal, foi para o exército sem querer, acaba por dele fazer a sua razão de existir — fazendo por transformá-lo à sua imagem e semelhança. Sempre sem alarde. Ouve apagando-se, ora ressurgindo, luz e sombra e sombra e luz...

Até quando?

2.º Congresso do PPD

# A clarificação política que se esperava...

EM BOA verdade, o II.º Congresso Extraordinário do Partido Popular Democrático veio cumprir o que já era de alguma maneira esperado (ou temido) em várias círculos políticos afectos ao Partido (e não só), nas últimas semanas que antecederam a sua realização. Se novidades houve, elas resultaram apenas no facto de o recalcão do Congresso parecer ultrapassar ainda o que dele se esperava.

O saldo triplo foi, assim o seguinte:

- a) a curto prazo, desactivação da posição do PPD face à questão do PCP no Governo Provisório;
- b) o reforço da posição de

Francisco Sá Carneiro, indistinto como secretário-geral, que pôde fazer virar o essencial da sua proposta de alteração de Estatutos, aumentando o poder do seu Secretariado Nacional, e homogeneizando-o com nomes considerados da "linha mais direita" do Partido, e da sua fidelidade pessoal;

c) o começo da reflexão clara das condições da prática política do PPD, no sentido da sua adaptação à viragem à direita da opinião pública portuguesa — o que abre caminho à definição do PPD como partido centrista, análogo aos partidos cristão-sociais europeus, embora com um programa social-democrático.



Um diálogo preocupado — um Jorge Sá Borges enigmático um Jorge Miranda puro e um Mota Pinto batelhador

## Duas ausências curiosas

O Congresso, iniciado com algum tempo de atraso, devido a uma reunião da Comissão Política Nacional em que foram legitimadas as diversas Propostas de Alteração dos Estatutos (com oposição de Sá Carneiro, que defendeu que apenas o fosse a sua Proposta), contou com 1106 delegados, dos quais cerca de duzentos da JSD.

Presentes praticamente todos os dirigentes qualificados do PPD, salvo Carlos Macedo e Francisco Pinto Balsemão.

Carlos Macedo, Secretário de Estado da Saúde, já antes anunciara que estaria ausente por motivo de doença, mas é considerado quase certo que já se demiteu do Partido há alguns dias, embora não revelando publicamente a sua decisão, que ainda não foi confirmada oficialmente.

Francisco Pinto Balsemão enviou um telegrama, invocando doença de familiar próximo para faltar no sábado, dizendo esperar comparecer no domingo, e saudou os "verdadeiros PPDs presentes em Aveiro".

Acabou, contudo, por não estar presente no domingo.

A presidência da mesa competiu a Nuno Rodrigues dos Santos, tendo, de facto, actuado como presidente Barbosa de Melo, deputado por Coimbra, Secretariaram Vieira da Cunha (do Secretariado anterior), Coelho de Sousa (deputado por Viana), Palma Santos e Miguel Magalhães.

O Congresso decorreu no Cine-Teatro Avenida, de Aveiro, e foi acompanhado por observadores nacionais (entre eles Natália Correia), e estrangeiros (como elementos das missões diplomáticas americana e britânica). Também suscitou o interesse dos órgãos de informação, que não puderam assistir senão à Sessão de Encerramento, anónimamente, ao fim da manhã. Embora dispusessem de um Gabinete de Imprensa, os jornalistas presentes foram bastante mal informados pela organização do que lá sucedendo, passando a entrevistar congressistas.

Na "quente" madrugada de 7 para 8, os jornalistas assistiram mesmo a algumas cenas de emboco de desenrolamento aberto entre congressistas e, depois, à saída de alguns dos dissidentes do Partido. Nessa ocasião, alguns incidentes limitados ocorreram entre congressistas e um ou outro fotógrafo.

## Recuo táctico?

O Congresso viria, contudo, a aprovar nessa mesma madrugada uma proposta de saudação aos órgãos de Informação presentes, em que se dizia somadamente que o Congresso não subsceria acções de coacção física ou psicológica exercidas sobre jornalistas no exercício da sua livre e honesta actividade profissional. Subscreveram esta proposta entre outros, Marcello Rebelo de Sousa, Furtado Fernandes, Vitor Boga, Pedro e Helena Roata.

O primeiro ponto da ordem de trabalhos lida sobre a análise da situação política actual, com relevo para a posição do PPD quanto ao Pacto MFA, Partidos, e a composição do futuro Governo Provisório.

Alí eram aguardadas discussões mais ou menos pronunciadas de análise.

Simplesmente, os dados foram lançados antes do próprio Congresso, Sá Carneiro, que já na entrevista ao EXPRESSO de sábado começara a maleabilizar a sua posição de intransigente face ao PCP — recebeu em sua casa do Porto Vitor Cruspé, mandatado para consigo debater os aspectos mais melindrosos da questão.

E, quando chegou ao Congresso, fez uma exaustiva exposição de mais de 30 minutos que suscitou logo o apoio das diversas linhas do Partido.

Essa exposição ia no sentido de manter a afirmação de princípio, contra a participação do PCP no Governo Provisório, mas admitir essa participação, a título excepcional, em função do interesse nacional, inserindo-a num quadro de vários objectivos a negociar com o MFA e os outros partidos, na reestruturação governativa.

Assim, o PCP cederia, mas ganharia um campo de manobra muito amplo em inúmeros sectores, desde a administração local, à informação, da revisão do Pacto às eleições legislativas e presiden-

ciais, desde a estrutura sindical ao julgamento dos delitos pelos sucessivos actos golpistas (de 28 de Setembro de 74 a 25 de Novembro de 75).

Os escassos oradores, que a seguir usaram da palavra pouco mais fizeram do que corroborar as afirmações de Sá Carneiro, sendo o nível geral das análises tanto produzidas muito fraco.

Avultaram as intervenções de Júlio Castro Caldas, de José Augusto Seabra (bastante brilhante), de Moisés Pinto e de Sá Borges.

Esta, que foi lida, dava uma apreciação do papel do partido neste momento, dela partindo para o problema essencial em debate. Seria, aliás, a única intervenção de Sá Borges durante todo o Congresso, e nela seria afirmada concordância com a posição de Sá Carneiro, aditando apenas Sá Borges as condições a rever nas negociações governativas a "unicidade sindical", que stacou. No seu todo, Sá Borges fez, no entanto, questão de deixar salvaguardada a sua "leitura de esquerda" do Programa do Partido, chegando mesmo habilmente a não usar uma só vez, a expressão "social-democracia".

Introduzindo um requerimento para que se passasse, de imediato, à votação, a proposta de Sá Carneiro foi aprovada só com 4 votos contra e uma abstenção.

Nos corredores sentia-se claramente que uma posição menos intransigente só fora aprovada pelo empenhamento pessoal de Sá Carneiro, já que a tendência de muitas bases era bastante pouco aflecta a uma tal fórmula, apesar de tudo, conciliatória.

Entretanto, era recusada pelo Congresso embora por maioria escassa, uma proposta referente ao mesmo tema do deputado português Coelho dos Santos.

Como saldo, ao tomar uma posição flexível, Sá Carneiro reafirmava a possibilidade de divisão ideológica e propósito de um tema fulcral da actualidade política portuguesa.



Os "filis" que apoiaram Abelares. Helena Roseta, Jorge Correia da Cunha, José Vitorino, e Rui Machete

### A grande divisão

Os congressistas contactados pela informação presente em Aveiro no intervalo para jantar de sábado, tinham já o presentimento que o segundo posto da ordem de trabalhos poderia ser o decisivo.

No primeiro, S4 Carneiro, além do mais cedera considerações ponderosas vindas do próprio MFA.

No segundo, suspeitavam-se que não cederia.

E, assim, foi claro desde o início do debate das alterações dos estatutos na generalidade que duas linhas se demarcavam, sem grande possibilidade de diálogo.

De um lado, S4 Carneiro intransigente na defesa de um Secretariado eleito como único órgão político eleito directamente pelo Congresso, por representação maioritária, e de um Conselho Nacional cuja composição se remeteria para momento ulterior, dotado de uma Comissão Permanente, vagamente fiscalizadora do Secretariado.

Do outro lado, Mota Pinto, defensor da proporcionalidade a todos os níveis, e Figueiredo Dias, propondo um esquema de eleição proporcional no Congresso de um Conselho Nacional, de que sairia uma Comissão Política, e depois, um Secretariado (íprimo do esquema do PS).

No meio, Jorge Miranda, cuja proposta poderia ter servido de

plataforma possível (como Secretariado e Comissão Política) ambos eleitos em Congresso primeiro por representação maioritária, o segundo por proporcionalidade). Simplesmente a rápida radicalização do debate depressa marginalizaria a proposta de Jorge Miranda.

Como conciliadores, surgiram duas posições. A daquela que se pautava basicamente a proposta de S4 Carneiro — e tentava mobilizar em sua causa os galibês Mota e o próprio Machete. A daquela que aderiu às propostas de Mota Pinto e Figueiredo Dias, mas tentava atenê-las quanto ao Secretariado — como Marcelo Rebelo de Sousa, e a partir de certa altura Jorge Miranda.

Na bisectriz das duas posições convergentes, Alfredo de Sousa.

Deste modo, a história do debate deste ponto (primeira em generalidade, até às 2h 35m do sábado para domingo, e depois durante um tempo no intervalo das tentativas de diálogo) seria a história da dificuldade de dialogar pessoal e por propostas a uma plataforma.

Este mesmo se tentaria fazer também de domingo, e só na hora de jantar de dia, foi que S4 Carneiro, (ofendido pelo facto de o seu nome não constar no lapso de uma lista de convidados convocados pela mesa para o jantar) apareceu, acompanhado por Mota Pinto, e conseguiu, com um crescendo

de "timing" deste esforço de diálogo foi curioso: o jantar de sábado até à 1h 30m o congresso parecia dividir-se entre a proporcionalidade e a maioritária. Até esse momento, e ao nível do que estava no posto 1.º da ordem de trabalhos, S4 Carneiro não fez a sua intervenção, chegando a ser a ideia do sistema proporcional para as eleições para a Assembleia Nacional.

Construiu, quer Mota Pinto quer Figueiredo Dias tinham sido os movimentos.

Com uma infelicíssima intervenção de Emílio Guerreiro, quando pessoalmente S4 Carneiro, começou a reacção pessoal dos congressistas, que se iria num apelo empolgado para um apelo empolgado de Mota — último da ordem de trabalhos —: apelo que se fez sábado —: apelo que se fez domingo.

Na noite e manhã e parte da tarde de domingo, surgiram novas tentativas de diálogo, afastadas por ambas as partes. Já aí, os ataques recíprocos foram levados a uma ramalhada entre os defensores dos sistemas, tendo-se entendido, no entanto, do rijo da ordem de trabalhos, que Figueiredo Dias, ao longo do jantar de domingo, entre as 3h da manhã, o primeiro entrou em tremor de que Mota Pinto não fosse possivelmente o candidato a Secretariado, com um crescendo

emocional, acentuado por uma reunião do Grupo Parlamentar, a tentar uma solução "ad hoc", e por reuniões nos corredores, com a presença de elementos defensores da posição anti-proposta de S4 Carneiro, reuniões essas que foram acusadas na sala de "tentativas golpistas".

Nessa altura, embora já maioritariamente favorável à proposta de S4 Carneiro, o congresso não o teria ainda na proporção de 3/5, necessária para a aprovação de qualquer alteração estatutária.

Aí, deu-se o volte-face, ou seja a intervenção de S4 Carneiro que provocaria grande êxito no Congresso.

Já antes, muitos congressistas reagiram em termos emotivos. Assim sucedeu, por exemplo, quando António

Já antes, muitos congressistas reagiram em termos emotivos. Assim sucedeu, por exemplo, quando António Rebelo de Sousa, da JSD

Já antes, muitos congressistas reagiram em termos emotivos. Assim sucedeu, por exemplo, quando António Rebelo de Sousa, da JSD, se dirigiu aos congressistas usando a expressão "Amigos e Camaradas".

Uma chuva de assobios, à mistura com considerações "Isso é dos Comunistas!" e "Abaixo", cortou logo as palavras do orador.

## Os porquês das intransigências?

Antes de ver o que seria a viragem emotiva do Congresso interessa tentar analisar o que estaria por detrás das intransigências.

Por detrás do ataque e da defesa do sistema proporcional, encontramos na primeira lista a questão da inexistência ou situação de tendências diversas dentro do Partido.

Assim, Francisco Sá Carneiro, entre outros, defendia que a única tendência específica que conhecia ao Partido era o PSD sendo, tudo o resto grupo de personalidades de cópias, que só aparece a alegar a existência de tendências para provelho próprio em viagens de Congressos ou Conselhos Nacionais.

Em contraponto, Mota Pinto e outros elementos consideravam que existiam tendências diversas nas bases a sculhir pelo sistema proporcional que propunham.

Mas, ainda mais fundo que a questão da existência de tendências, para alguns observadores, é a análise dos desejos últimos dos principais intervenientes no debate.

Francisco Sá Carneiro, que mostraria uma intransigência por vezes contrastante com a posição de Magalhães Mota e Rui Machete, parecia determinado a denunciar a Comissão Política, que não conseguia "querer" para funcionar em períodos graves (como o 25 de Novembro), e nela o grupo maioritário, em que avulta Jorge Sá Borges, ministro dos Assuntos Sociais. Aliás isto mesmo se veria no elenco definitivo dos dirigentes élites.

Eris sector, Emílio Guerreiro, elementos do Porto e uma parte do chamado Grupo de Coimbra (em que se destacava Serra de Oliveira) pretendiam salvaguardar uma posição ainda que minoritária nos órgãos nacionais, temendo o eventual desejo de Sá Carneiro de não sculhir a sua inclusão pessoal numa lista com certos nomes da antiga Comissão Política Nacional.

Mota Pinto, embora não sendo dos principais interessados, foi o defensor da posição da representação proporcional, apoiado por aqueles elementos.

Os "conciliadores" pretendiam uma de duas coisas:

— ou garantir o essencial da proposta Sá Carneiro, sem alienar muitos sectores de congressistas (Rui Machete e Magalhães Mota);

— ou garantir o essencial da proposta da proporcionalidade, sem retirar operacionalidade ao Secretariado, devidamente controlado (Marcelo Rebelo de Sousa e Jorge Miranda).

Os principais erros praticados pelos dois sectores acerrinadamente em disputa foram, até ao momento de viragem das 3 horas,

— o facto de Sá Carneiro, pela sua argumentação intransigente, marginalizar sectores mais amplos de quadros dirigentes do que porventura pensaria fazer;

— o facto de a intervenção de Emílio Guerreiro ter precipitado emocionalmente a argumentação dos opositores de Sá Carneiro, dando um trunfo claro a este.

## Viragem

A grande viragem deu-se quando, aprovado um requerimento que propunha que a palavra fosse concedida a Sá Carneiro, para este definir a sua posição, ele historiou os ataques externos, com ligações internas, à sua pessoa e ao Partido, os ataques à sua Proposta, e terminou a intervenção dizendo que "retirava aquela e se demitia

imediatamente de Secretário-Geral do Partido.

Não seletaria ser — disse — Secretário-Geral administrativo de uma Comissão Política análoga à anterior. O Partido deveria pelo procurar um novo Secretário-Geral.

As palavras de Francisco Sá Carneiro, que saíra espectacularmente da sala, provocaram uma reacção brutal da maioria da assistência, que gritaria o seu apoio ao Secretário-Geral, e começou a atacar os sectores adversos.

Nesse período, a emoção subiria na sala houve que conter congressistas que queriam saltar para o palco, e nos corredores, Emílio Guerreiro, Santos Silva, José Augusto Seabra e Serra de Oliveira (que tinham à imprensa abandonarem o Partido e o Congresso) eram objecto de ameaças de congressistas irados.

O fim do Congresso seria um corolário óbvio desta viragem.

Todos os proponentes retirariam as suas propostas, incluindo a PSD do Porto, que chegara a propor o sufrágio individual para o Secretariado, e haveria intervalo para procura de uma plataforma. Reforçada no seu peso especial, Sá Carneiro veria ser adoptado em bloco um texto mais curto que, no essencial, correspondia à sua proposta, salvo na eleição proporcional de 80 dos 200 membros do Conselho Nacional.

Nos aspectos fundamentais — Secretariado, forma de eleição e poderes à eleição e poderes da Comissão Executiva do Conselho Nacional — a alteração aprovada preservava as grandes linhas da sua proposta.

Nas eleições, que se seguiram, e que duraram até às 9 horas da manhã, concorreu a lista para o Secretariado e para o Conselho Jurisdicional, e participaram quatro listas na eleição dos 80 membros do C. Nacional (uma de sectores afectos a Sá Carneiro, uma das bases Lisboa, uma de Aveiro e outra de Braga).

Ainda com cerca de 700 delegados procedeu-se à eleição (tinham restado ainda 400, alguns dos quais pelo adiantado da hora).

O Secretariado recebeu 717 votos a favor, 42 contra e 1 abstenção.

O Conselho Jurisdicional obteve 723 a favor e 27 contra, várias listas ao Conselho Nacional (cuja divergência eram praticamente só regional) obtiveram respec-

tivamente: Braga — 26 lugares; Aveiro — 18; Base de Lisboa — 6; officina — 30 (faltado ajuda fazer o acerto pelo método de Hondt).

Os nomes do Secretariado e do Conselho Jurisdicional caracterizavam-se por uma imagem "direitista" no Partido.

Dos primeiros avultam, além do S. Geral, Magalhães Mota, Rui Machete, Cunha Leal, Amândio de Azevedo, Fernando Pinto, Eugénio Mota, Sousa Franco, Ferreira Júnior e Helena Roseta (estes dois últimos considerados os elementos mais abertos do elenco). Pela PSD integram a lista António Rebelo de Sousa e Guilherme Oliveira Martins. Ambos, disseram-nos, contido, que foram o problema da sua designação pela PSD à consideração da sua próxima Comissão Nacional, e faltaram à Cerimónia de encerramento do Congresso.

Do Conselho Jurisdicional constam nomes como Menezes Pimental, País de Sousa, Brito Correia, Fernando Amalal e Maria Lucília Miranda Santos (esta com imagem mais evocada).

Não constam das listas eleitas — por não terem sido convidados, ou por não terem sido acitados — elementos como Francisco Pinto Balsemão, Filipeiro Dias, Mota Pinto, Barbosa de Melo, Santos Silva (Filho), Partido Fernandes, Marcelo Rebelo de Sousa, Joaquim Lourenço, Jorge Miranda, Ângelo Correia e José Alçada. Isto para além da ausência de Sá Borges, Alexandre Bettencourt, Júlio Castro Caldas e outros elementos próximos de Sá Borges.



A conciliação que falou. Nos bastidores do Cine-Teatro. Domingo às 21 h. Presentes Barbosa de Melo, Ruf Machette, Alfredo de Sousa, José Ferreira Júnior, Jorge Miranda, Marcelo Rebelo de Sousa e dois militantes de J.S.D. do Porto. Ausentes Sá Carneiro, Mota Pinto e Figueiredo Dias



A reflexão que antecedeu a decisão?

## Recolocação

Para muitos observadores, a eleição dos novos dirigentes para um período de dois anos abre amplias perspectivas ao PPD para as próximas eleições, como partido centrista, sem veleidades esquerdistas.

Ao mesmo tempo, acelera um reordenamento do quadro político português, abrindo ao PS em definitivo o campo da prática social-democrática para que ele já tentou, e esbocando contra a parede um CDS batido no seu próprio campo, ou forçado a virar mais para a direita (talvez daí resultando os ataques ao PPD nos comícios deste fim de semana do CDS).

Sintetizado com a maioria das bases, Sá Carneiro reforçou o seu poder, e a recolocação do PPD como partido centrista, de feição social-cristã (vide exemplos belga e holandesa).

No fundo, o PPD regressa, um

pouco a-determinada, a uma via, despojado de os elementos de certas fases da sua existência. É, como que se fecha um ciclo da sua curta existência — o ciclo aberto pela primeira viagem oficial de Sá Carneiro ao estrangeiro, quando, na sua qualidade de S. Geral do jovem PPD, visitou a Bélgica a convite de Tindemans, líder do Partido Social-Cristão belga. Não havia então ainda aparecido a ideia do alinhamento na Internacional Socialista.

A única questão que fica de pé depois deste Congresso é a seguinte: que vão fazer os homens da chamada esquerda do PPD, ou

melhor, os homens das várias esquerdas do PPD?

Para já, alguns dos componentes da velha esquerda — Emílio Guerreiro, Artur Santos Silva — já saíram. E alguns da nova esquerda também — Seabra e Serra de Oliveira.

Resta saber o que farão membros do Governo e deputados dissidentes (que poderiam formar um grupo parlamentar independente), — bem como dirigentes da PSD cooptantes?

Quererão tentar ser — se possível — uma ala esquerda institucionalizada (o que até aqui não era viável) de um partido centrista, que o mesmo quer dizer uma ala social-democrática de esquerda de um partido social-cristão de programa social-democrático e prática política centrista? Ou preferirão sair, e, depois de quatro uma — ou entregarem-se a melhor destino do que a política partidária, ficaram "independentes do centro esquerda", ingressarem no PS, ou formarem algo de novo? Com o tempo se verá.

Para já cinco coisas são claras: 1.º Suceder o que suceder entre recolocação do PPD já não é reversível; 2.º o homem é um animal sempre político; 3.º experiências como a FSP podem decorrer de consequências factíveis muito brilhantes mas estão inexoravelmente votadas ao fracasso; 4.º o PS tem já no seu seio muitos (e bons) social-democratas; 5.º o tempo dos independentes em política já passou entre nós, e os que restam estão rapidamente a organizar-se para que se não desconfie que o seu rótulo significa o mesmo que não ter bases de apoio.



## editorial

# Porque foi e quem é Timor

DE PASSAGEM por Lisboa, um dos dirigentes da Fretilin afirmou que o povo de Timor havia sido «vilmente traído pelo Governo português». Nas Nações Unidas, a representante de Portugal acusa a Indonésia de «violência injustificável» e pede uma reunião do Conselho de Segurança, enquanto que o representante de Jacarta denuncia a «negligência criminosa de Portugal» e afirma que a maioria das pessoas no território «desejava a integração com a Indonésia». Entretanto, a Austrália e a Nova Zelândia «condenam» ou «deploram» a entrada de tropas indonésias em Díli e a agência Nova China aponta «a ambição de Jacarta de anexar Timor Oriental».

Enquanto os políticos e os diplomatas se envolvem nos habituais duelos verbais e os Governos retiram embaixadores e fecham embaixadas, milhares de pessoas em Timor continuam a sofrer a tragédia da guerra, a dureza da ocupação, a incerteza quanto ao futuro. Essa é a questão principal, que transcende em muito os cortes de relações ou as decisões do Conselho de Segurança.

Quanto a ela, o Governo português, hoje em dia, pouco ou nada pode fazer em concreto. Teria, no entanto, podido actuar a tempo e horas, há alguns largos meses, se os inevitáveis preconceitos pseudo-revolucionários houvessem sido substituídos pelo bom senso e pelo conhecimento da realidade.

Se o problema de Angola se sabia «a priori» de resolução difícil e incerta, já o caso de Timor

se afigurava à partida bastante menos espinhoso. Numa mesa redonda sobre descolonização, organizada pelo EXPRESSO pouco depois do 25 de Abril, em que participaram Otelo de Carvalho, Almeida Santos e Jorge Campinos, os intervenientes foram unânimes em considerar Timor como um caso fácil, havendo até quem sustentasse, perante o silêncio permissivo dos restantes, que a colónia da Oceânia seria a única a ficar sob administração portuguesa «porque ninguém estava interessado nela».

«Um ano e alguns meses depois, sucede em Timor o que está sucedendo. Mulheres e crianças, velhos e velhas, pessoas inocentes que mais não fizeram do que nascer e sobreviver, são massacrados ou aterrorizados, assolados ou espoliados. Agrupamentos políticos, com tanta razão de existirem como quaisquer outros, são dizimados e perseguidos. Militares (e civis?) portugueses são detidos e conservados em lugar incerto.

Claro que Timor tem pouca gente, é pouco rico e está longe, e que normalmente a consciência funciona com maior ou menor intensidade em razão de proximidade geográfica, dos bens materiais e da quantidade de pessoas.

Mas à redefinição de um país não pode circunscrever-se ao que está mais perto ou é mais apetecível. E as responsabilidades de Portugal, no caso de Timor, não devem ser ignoradas nem escamoteadas.

Na altura em que a crise timorense atinge a sua plenitude, não pode continuar a adiar-se o momento de perguntar quem são os responsáveis. O infantilismo de esquerda não justifica que se brinque aos jogos de guerra com uma população inteira, os complexos burgueses não desculpem que se ensaiem (mal) revoluções de laboratório quando seres vivos estão em causa.

Compete ao Governo explicar aos portugueses como foi, o que é, porque foi, porque é, quem foi e quem é Timor.

## Política e politiquice

O CONGRESSO DO PPD é o exemplo claro de que, em Portugal, se confunde a política com a politiquice. Quando toda a gente esperava que os grandes (e positivos) debates se centrassem sobre o futuro do partido, a social democracia, as eleições, os militares e o pacto, a possibilidade de colaboração com o PCP, etc., as discussões acenderam-se (e azedaram-se) sobre o tema específico da representação proporcional, como se ela fosse um dado adquirido em todos os partidos democráticos e dela dependessem os destinos da Pátria. Quando toda a gente esperava uma crítica (ou um aplauso) à estratégia de Sá Carneiro, à sua curta (ou longa) visão do país nos próximos anos, surgiram (a exacerbarem-se) os ataques pessoais, as ameaças de demissão, os regressos triunfais, as saídas efectivas, os triunfalismos abusivos, as manipulações de grupo.

Mal vai um partido quando do seu aguardado Congresso apenas ressaltam a divisão, a fidelidade pequeno-burguesa, os jogos de corredor e os de ribalta.

Mal vai um país quando o seu segundo partido não consegue dar de si próprio uma imagem sólida, coesa e coerente com o seu programa.

ALVES, Hermano

## O papel de Willy Brandt na revolução portuguesa

HERMANO ALVES é um dos jornalistas estrangeiros que mais tem acompanhado Portugal depois do 25 de Abril. Bem informado, com contactos nas áreas mais vastas (e, para quem as conheça, surpreendentemente contraditórias), Hermano Alves tornou-se uma figura conhecida dos meios políticos e jornalísticos portugueses.

O texto que a seguir publicamos destina-se ao «Estado de S. Paulo», que, hoje mesmo, o deve ter inserido.

Numa altura em que, cada vez mais, por causa (ou apesar) do 25 de Novembro, a política nacional tende a transformar-se em plitiquice, a prosa de Hermano Alves, sobre Willy Brandt e a revolução portuguesa, tem, entre outras, a vantagem de «obrigar» os leitores a verem mais longe e mais largo.

LISBOA — Willy Brandt, ex-chanceler da República Federal da Alemanha, desempenhou um papel essencial no projecto político de Portugal, que culminou com os episódios de 25 de Novembro deste ano e que deve — em princípio — completar-se nas eleições previstas para 25 de Abril de 1976.

O secretário geral do Partido Social-Democrata da Alemanha (que, durante a recente crise, manteve contacto telefónico constante com Mário Soares, secretário geral do Partido Socialista de Portugal) interveio, a tempo, para impedir que os Estados Unidos, por influência de Henry Kissinger, empregasse em Portugal a política conhecida por "destabilização" e que se definisse melhor como lesão à instabilidade.

Partindo do pressuposto de que Portugal era — e continua a ser um problema que os europeus devem resolver, Willy Brandt visitou Washington, onde manteve conversações com o presidente Gerald Ford e com o secretário Kissinger, contando com o apoio dos partidos socialistas e social-democratas da Europa Ocidental.

A princípio, os Estados Unidos, empenhados na grande formulação de cinco centros de poder (ideia de Kissinger) não tinham política com relação a Portugal. Mas quando a situação passou a causar preocupações, Kissinger estudou, secretamente, duas hipóteses.

A primeira era a da "destabilização", que terminaria com a implantação de uma ditadura militar.

A segunda, como alternativa, era a de disputar com a União Soviética a influência em Portugal em termos de um conflito interno que, dada a pobreza do país e o processo caducio de descolonização, criaria condições tão negativas que a nação lusitana serviria como a "vacina" para a Espanha e para outros países da Europa.

As formulações de Kissinger foram consideradas por Brandt e por numerosos homens de estado europeus (Harold Wilson, Olaf Palme, Bruno Kreisky, Aldo Moro, etc.) como desprovidas de senso. E os europeus estavam decididos a evitar envolvimentos como a guerra civil espanhola, o golpe comunista na Checoslováquia, em 1948, o surtimento de militares do tipo general Augusto Pinochet ou de "ouébillot" de ecuadora como Fidel Castro.

Mário Soares teve que dar ênfase a este ponto falando com vários chefes militares — que, prontamente, parecem ter compreendido que, em Portugal, os extremismos perderam a sua oportunidade histórica. Ou não perderam? A situação da economia é — segundo Salgado Zenha — catastrófica. E o país não pode passar fome em 1976. Sintematicamente, a primeira missão

que chegou, depois do 25 de Novembro, para assinar um acordo de cooperação económica veio da Alemanha Federal.

Embora haja cépticos que prevêem dentro de três meses uma nova ofensiva desesperada do PCP ou uma vaga de terrorismo, a tendência da maioria é a de julgar que os acontecimentos, marcharão com mais calma, até às eleições. É a falta de repressão ou de caça às bruxas poderá, sobretudo nos meios operários, favorecer o Partido Socialista, um dos motivos pelos quais se pediu que ele não fosse exercido em Portugal, citando-se os partidos socialistas europeus e eventuais em suas relações com os partidos comunistas que procuram agir com independência diante de Moscovo.

Os exemplos, mais típicos são os de Diogo Freitas do Amaral, do Centro Democrático Social, um partido conservador que aceita tezes reformadoras, de Francisco de Sá Carneiro e de Emílio Guerreiro, do Partido Popular Democrático (Guerreiro acaba de desligar-se do PPD, sendo admissível que procure integrar-se no Partido Socialista ou num pequeno grupo de esquerda), além de outros.

O general António de Spínola que — apesar das suas afirmativas em contrário — passou a ser apontado como um extremista de direita e um chefe autoritário, gozou de algumas facilidades no Brasil, foi bem acolhido, em alto nível, na França, foi recebido nos Estados Unidos, mas os europeus de Willy Brandt (se assim podemos chamá-los) rejeitaram a sua presença como prejudicial ao desenvolvimento da situação.

Quanto à repressão em Portugal — mínima, se comparada com qualquer outro país, uma vez que o PCP, depois de fazer a sua auto-crítica, continua ao governo que pretendeu derrubar não se aprofundou, nem escapou ao controlo dos chefes vitoriosos por causa da grande pressão europeia que se exerceu sobre Lisboa. A ala esquerda do Partido Trabalhista Britânico (Judith Hart, Tony Benn, Ian Mikardo, etc.) o

próprio Brandt, François Mitterrand, Bruno Kreisky, Olaf Palme, todos estiveram em contacto com Portugal, visitantes.

Através desses instrumentos — a Internacional Socialista e os partidos comunistas ocidentais, não mais empunhados em repetir o modelo leninista, mas em aceitar, como possível a evolução pacífica ou, pelo menos, democrática) para o socialismo, mirando os ensinamentos da História dos últimos 70 anos e escritos de Friedrich Engels, Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci, Karl Kautsky e outros mais — a Europa do Ocidente poderia, realmente, influenciar a evolução interna dos países da Europa Oriental, hoje submetidos, a contra-gosto, à hegemonia da União Soviética e a regimes baseados na repressão permanente.

Este foi, em suas linhas gerais e rapidamente esboçado, o quadro prospectivo que inspirou Willy Brandt, em transformar-se no principal defensor de um Portugal democrático e, sempre vale a pena frisar, europeu, mesmo contra a vontade de Henry Kissinger (embora o embaixador Frank Carlucci, em Lisboa, apoiasse a prioridade de acção dos europeus) e incorrendo na fúria de um Partido Comunista e de movimentos de extrema esquerda dispostos à aventura.

A política de Brandt foi compreendida por socialistas, social-democratas, liberais e democratas-cristãos, em vários países da Europa e contou com o beneplácito do Vaticano. Deste modo, políticos portugueses de tendência conservadora, liberal, social-democrata, etc., também foram apoiados em diversas ocasiões.

Houve, em tudo isto, um homem de estado europeu que não quis cerrar fileiras. Enquanto o marechal Tito entendia, perfeitamente o que Mário Soares lhe dizia, em Belgrado, o presidente da França, Valéry Giscard d'Estaing, preferia apostar na carta da direita.

Torna-se aqui necessário frisar que o largo desrabo político de Brandt inclina a possível vitória da direita democrática em Portugal. A palavra-chave é "democrata", que significa a alternância no poder ou a sua real possibilidade (e não partidos fantasmas) à margem

de multipartidarismo de certos países da Europa Oriental).

Gliscard d'Estaing apostou numa direita autoritária em Portugal. A Fran, a oficial foi a nota discordante do elenco europeu — o que deve ter feito o general Charles De Gaulle messecar-se em seu túmulo de Colombey-les-Deux-Églises.

Mas Brandt visualiza uma associação, cada vez mais estreita, entre os partidos socialistas e social-democratas, relações mais profundas com os partidos comunistas da Europa Ocidental que sigam o trilho aberto pelo da Itália (agora, o Partido Comunista da França começa a dar novos sinais de independência) e a consolidação de uma grande força política democrática e socialista na próxima década. Esta visão — como dissemos — completa a "Ostpolitik", que foi a primeira abertura alemã para o Leste Europeu.

Os soviéticos fizeram muitas tolices em tudo isto. A primeira delas — como Brandt diria a Brezhnev — foi a de tratar o então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Mário Soares, de maneira pouco cortês. Não há dúvida de que Álvaro Cunhal moveu-se por trás da cortina para evitar que a viagem de Soares a Moscovo fosse um sucesso.

Por um triz Soares não era sequer recebido por Brezhnev. Em compensação, o dirigente socialista, ao perceber o tratamento que lhe dispensavam, várias vezes enganou-se de propósito e dizia "russos" ou "rússia", "rússia" em vez de falar em "soviéticos" ou "União Soviética".

Brandt diria mais tarde a Brezhnev que ele subestimara Soares, que mais motivos tinha de portar-se orgulhosamente por ser o representante de um pequeno país a discutir com uma super-potência. De qualquer modo, os chineses estão fartos de acusar os dirigentes do Kremlin de praticarem um chauvinismo de grande potência — isto para usarmos a linguagem ritual.

Ignorava até que ponto Soares corrigiu. Lazer com que Brezhnev percebeu que Lisboa em 1975 não seria Petrogrado em 1917 e que os antigos "Mencheviques" (minoría) agora eram a maioria (em russo, "Bolcheviques") em Portugal. Ou que Cunhal não era o Lenine do Ocidente, como julgava — e talvez ainda hoje julgue.

Os desdramatizamentos da política de Brandt são facilmente compreensíveis. Em Portugal, era essencial garantir a democracia política (objectivo primordial do movimento de 25 de Abril), ainda que conservadora e/ou liberal, mas com uma opção socialista, um diplomata europeu, muito irónico, disse-nos:

— "A única coisa que nos separava dos norte-americanos e dos soviéticos era que ambos estavam dispostos a aceitar a democracia em Portugal, se isto não lhes causasse quaisquer perturbações".

A propósito, para que não haja dúvidas, devemos afirmar que este

diplomata, em seu país, pertence a um partido democrata-cristão. Por outro lado, voltando à Venezuela, convém dizer que o presidente Carlos Andrés Pérez está vinculado à Internacional Socialista, agora em processo de ressurreição.

Ainda para demonstrar o empenho de Brandt no caso português, coube-lhe a tarefa de convencer François Mitterrand, o dirigente socialista francês, a visitar os Estados Unidos e dizer a Henry Kissinger que havia limites para a intervenção das super-potências — uma linha que, digase de passagem, foi saudada com entusiasmo pelos dirigentes políticos comunistas da República Popular da China, a começar por Mao-Tsé-Tung.

Quando Willy Brandt visitou o México (entre a sua visita a Washington e o encontro com Tito), não só conversou sobre a ajuda material e concreta a Portugal com o presidente Luis Echeverría, como também discutiu o assunto com Carlos Andrés Pérez, da Venezuela.

Talvez o primeiro resultado desses entendimentos tenha sido a nomeação para a embaixada da Venezuela, em Lisboa, de um diplomata de primeira categoria, várias vezes parlamentar (depois de ter sido exilado pela ditadura militar do coronel Marcos Pérez Jimenez), o embaixador Alfredo Baldo Casanova, que já serviu no Brasil.

Enquanto o Brasil praticamente ignorava Portugal e voltava as suas atenções para Angola, a Venezuela (onde há, entre portugueses e seus descendentes, quase um milhão de pessoas) passava a estudar um plano, para receber imigrantes de Portugal.

Também foi traçado o projecto do aeroporto em Sines que integrará ferrovia, oleoduto, ancoradouro, etc., e que servirá como fonte alternativa de abastecimento para a comunidade económica europeia.

A Venezuela associa-se a esse projecto com os países europeus, o México enchara a hipótese de participar, e abre-se a perspectiva da criação de indústrias em Portugal. É de admitir-se que a Espanha venha a interessar-se pelo assunto. A Europa não ficaria somente na dependência dos países árabes no que diz respeito ao petróleo.

Brandt mostrou a Brezhnev que todos os resultados da "Ostpolitik" iriam por água abaixo e que as relações entre a Internacional Socialista e Moscovo se tornariam muito tensas.

Abriremos não de qualquer ajuda norte-americana, os socialistas e social-democratas europeus seriam capazes de canalizar fundos e quadros para Portugal, numa situação de emergência. Por outro lado, as relações entre os partidos comunistas ainda se tornariam mais difíceis.

Países como a Polónia, por exemplo, condenavam a política agressiva de Álvaro Cunhal. Os comunistas de Itália e Espanha e mais o marechal Tito não acei-



Willy Brandt advertiu Brejnev sobre o perigo de um envolvimento excessivo da União Soviética em Portugal

tarium a ideia da conferência dos partidos comunistas europeus. As relações entre socialistas e comunistas, em França, tornaram-se cada vez mais difíceis. E a própria política de "detente" ou distensão (que agora volta a correr perigo grave por causa de Angola) estaria ameaçada.

Brandt, no terreno prático, imediatamente compreendido pelos holandeses e belgas e escandinavos, tomou as necessárias providências — com o pleno apoio do chanceler Helmut Schmidt — para que os partidários da democracia política, em Portugal não se sentissem desamparados. As portas do Mercado Comum Europeu e da Associação de Livre Comércio da Europa, sempre estiveram abertas à Portugal,

desde que houvesse o aval de Mário Soares, uma coisa que sempre perturbou — por exemplo — o general Vasco Gonçalves.

Brandt disse, com toda a franqueza, a Ford e a Kissinger, que "o problema de Portugal, nação europeia, será resolvido pelos europeus" e que não seria aceite a ingerência norte-americana. Em compensação, tornou-se-lhe muito claro que Portugal não adoptaria um regime como as chamadas democracias-populares do Leste da Europa.

É evidente que, em diversas ocasiões, a Internacional Socialista, que tinha um grupo especial para examinar o problema português, discutiu o assunto, sempre reiterando a sua confiança na

política traçada por Brandt — uma política que talvez seja o complemento lógico da sua anterior "Ostpolitik" e que visa à Europa dos anos 80.

O segundo passo político de Brandt foi o de obter o apoio tácito não só dos partidos comunistas da Itália e da Espanha, como, de um modo especial, do marechal Josip Broz Tito, presidente da Jugoslávia. Brandt obteve a completa concordância de Tito, quando se encontraram, em meados deste ano.

E, mais tarde, para cumprir a última etapa, foi advertir Leonid Brezhnev sobre o perigo de um envolvimento excessivo da União Soviética em Portugal, que não seria tolerado.